

Maciel critica tendência pelo regime parlamentar

ANC 88
 Pasta Jan/Maio 86
 110

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, condenou ontem, na Escola de Guerra Naval, no Rio, o sistema de Governo parlamentarista — tendência da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais —, defendeu o presidencialismo e pregou a organização do poder de forma que os seus diferentes ramos — Executivo, Legislativo e Judiciário — sejam eqüipotentes para que possam mediar o conflito entre eles.

Em entrevista, Maciel afirmou que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, "não caminha pelo melhor caminho" ao revelar sua tendência por uma forma híbrida de parlamentarismo. O Ministro disse que, pessoalmente, defende um mandato de cinco anos para o Presidente da República, mas frisou que caberá à Constituinte definir a duração do mandato do Presidente José Sarney.

— O desafio com que nos defrontamos hoje, portanto, se quisermos adequar a ordem constitucional à ordem econômica e a complexidade da organização social às imposições políticas de um regime democrático e pluralista, é o de organizarmos o poder de forma que os seus diferentes ramos sejam eqüipotentes, para que possam mediar os conflitos entre eles, e suficientemente dinâmicos para que possam administrar o inevitável e permanente confronto entre as classes em que inevitavelmente se dividem as sociedades contemporâneas — disse Marco Maciel em sua palestra para os alunos da Escola de Guerra Naval.

Marco Maciel debateu, durante três horas, temas como "Crise Política e Modelo Institucional", "O Poder Executivo e a Crise Contemporânea" e "Equilíbrio entre Poderes". Segundo Maciel, tornados iguais, os poderes no Brasil convivirão harmonicamente e permitirão maior estabilidade institucional.

— O papel que o Executivo brasileiro tem demonstrado nessa sucessão de crises é, na verdade, o reflexo da crise entre os poderes. Em outras palavras, exatamente porque são poderes assimétricos, não há nunca no Brasil um poder capaz de mediar os conflitos de poderes, fenômeno que acaba se tornando inevitável. Se o modelo de organização institucional que temos tido ao longo de nossa evolução histórica tem falhado, é exatamente porque temos sido incapazes de moldá-lo, atendendo ao princípio fundamental da eqüivalência e da eqüipotência entre os diversos poderes.

Na opinião de Maciel, a fragilidade orgânica dos poderes, que termina transformando em forte o Executivo, não é um mal apenas do Legislativo e do Judiciário. É, na verdade, uma característica das instituições políticas no Brasil.

— Não é enfraquecendo o poder que vamos torná-lo estável. O mal reside não no excesso de poderes do Executivo, mas na falta de poderes do Legislativo e do Judiciário. Na verdade, não temos um Executivo forte, mas sim outros poderes fracos. O que não podemos esquecer é que no Brasil os problemas institucionais não se resolveram com a intervenção militar.

Murilo Mendes condena participação de empresários e pede Carta perene

BRASÍLIA — O Presidente da Construtora Mendes Júnior, Murilo Mendes, condenou ontem a participação em bloco dos empresários na Constituinte, porque, em sua opinião, a nova Constituição não deve descer a detalhes de interesses momentâneos de cada segmento social.

— A Constituição deveria ser um conjunto de normas de alta hierarquia para regular as relações sociais de forma global. Os interesses setoriais deveriam ser regulados por leis comuns. Se for feita uma Constituição casuística, após dez anos estará obsoleta, devido às mudanças sociais e econômicas — argumentou.

Murilo Mendes defendeu a participação dos empresários, como de todos os demais segmentos da sociedade, mas de forma pessoal.

— Qualquer segmento tem o direito de se fazer representar e cada cidadão deve ter uma visão política da sociedade — afirmou.

Para o empresário, uma das questões globais que a Constituinte deveria examinar é a definição dos limites da proteção e da liberdade a que

cada indivíduo e cada segmento social aspira.

● Ao defender a participação do povo na elaboração da futura Constituição — "que não é tarefa exclusiva de juristas e peritos" — o Bispo-Auxiliar de Porto Alegre, Dom José Mário Stroehrer, estabeleceu ontem os pontos principais que, na sua opinião, devem ser tratados pela nova Carta: definição do estado social de direito e defesa dos direitos humanos, do pluralismo, da liberdade, da democracia e da coexistência entre os povos.

● "Um golpe de estado legislativo". Assim o professor Paulo Bonavides, da Universidade Federal do Ceará, definiu ontem, em Belo Horizonte, a futura Constituinte. Bonavides disse que o ato convocatório da Constituinte é ilegítimo, porque atribui ao Congresso poderes constituintes que ele não possui, "sujeitando o reordenamento jurídico-democrático do País às influências e abusos do poder econômico".

● Com o objetivo de acompanhar o processo constituinte, a PUC do Rio começou ontem um ciclo de painéis sobre a nova Constituição, que vai até sexta-feira, com a presença de especialistas de diversas áreas, como religião, economia, trabalho, esportes, ciência e tecnologia e direitos humanos.